e R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela intempestividade na apresentação das presentes contas, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº 17.492/08/TCE.;

III-Condernar o LUIZ SÉRGIO MATOS DOS SANTOS, C.P.F. nº. 252.536.112-15, Diretor à época, ao pagamento da importância de R\$16.153,38 (dezesesseis mil, cento e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos), e, aplicar-lhe as multas de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo dano ao erário, e R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela intempestividade na apresentação das presentes contas, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº 17.492/08/TCE.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente dos débitos e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71 § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.987

Processo nº. 2009/52102-0

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº 040/2008 celebrado entre a FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA e a FAPESPA.

Responsável: Sr. JOÃO FARIAS GUERREIRO – Diretor Executivo

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Senhor Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), e aplicar ao Sr. JOÃO FARIAS GUERREIRO, Diretor Executivo, CPF nº 047.044.872-53, a multa no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.988

Processo nº. 2009/52114-4

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 046/2008, firmado entre a FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA e a FAPESPA.

Responsável: Sr. JOÃO FARIAS GUERREIRO – Diretor Executivo.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art.38, inciso I, c/c art.74, inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, no valor de 10.000,00(dez mil reais) e aplicar ao Sr. JOÃO FARIAS GUERREIRO, Diretor Executivo, CPF nº 047.044.872-53, a multa de R\$1.000,00 (um mil reais), pela intempestividade na apresentação das contas, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº 7086/2008, c/c os arts.2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art.71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.989

Processo nº. 2005/53507-8

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 414/2004, firmado entre a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA E CULTURAL, PRESERVE A NATUREZA DO ESTADO DO PARÁ e a ASIPAG.

Responsável: Sr. SEBASTIÃO GUERRA MATOS – Presidente

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas "a,b,c" c/c os art. 74, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. SEBASTIÃO GUERRA MATOS – Presidente, C.P.F. nº. 604.624.502-87, ao pagamento da importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), atualizada a partir 29/09/2004 e acrescida de juros até o efetivo recolhimento; e

II - Aplicar as multas de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), pelo dano causado ao erário e R\$ 800,00 (oitocentos reais), pela instauração da Tomada de Contas, a serem recolhidas nos termos disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº 17.492/08/TCE.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo

de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrentes do débito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71 § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 47.990

Processo nº. 2007/51943-6

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 013/2006 firmado com a PREFEIRURA MUNICIPAL DE TUCURUI e a SAGRI.

Responsável: Sr. CLAUDIO FURMAN, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº 12 de 9 de fevereiro de 1993 Julgar regulares as contas no valor de R\$ 30.000,00(trinta mil reais) e aplicar ao Sr. CLAUDIO FURMAN, Prefeito à época CPF nº. 046.244.321-34, a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estadol.

Este Acórdão constitui título executivo, passível cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º. da Constituição Federa.

ACÓRDÃO Nº. 47.991

Processo nº. 2009/52069-5

Assunto: Tomada de Contas referente ao convênio nº. 044/2008, firmado entre a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTISTICO E CULTURAL DE IPIXUNA DO PARÁ e a ASIPAG.

Responsável: Sr. BRENO COLLARES VALENTE PINHEIRO - Presidente

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas no valor de R\$30.250,00 (trinta mil, duzentos e cinquenta reais) e aplicar ao Sr. BRENO COLLARES VALENTE PINHEIRO, Presidente, CPF nº. 691.965.242-00, a multa de R\$500,00 (quinhentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado. Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.992

Processo nº. 2007/52802-9

Assunto: Recurso de Reconsideração.

Recorrentes: Srs. JOÃO PEDROSA GOMES, VERA LÚCIA DE ALMEIDA DAMOUS e RAIMUNDO NONATO AYRES SOARES, períodos de 01/01 a 31/05/2004, 01/06 a 04/07/2004 e 05/07 a 31/12/2004, respectivamente, Diretores à época do 4º CENTRO REGIONAL DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CAPANEMA.

Decisão recorrida: Acórdão nº 41.737, de 24/05/2007

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 53, inciso I, c/c os art. 38,III, alíneas "a,b", da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, conhecer o recurso em apreço, dando-lhe provimento parcial, para o fim de manter as contas irregulares; e, I – Glosar a quantia de R\$ 4.680,00 (quatro mil, seiscentos e oitenta reais) sob a responsabilidade do Sr. JOÃO PEDROSA GOMES, C.P.F. nº. 153.006.762-68, diretor à época, e a quantia de R\$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais), sob a responsabilidade da Sra. VERA LÚCIA DE ALMEIDA DAMOUS, C.P.F. nº. 081.549.612-53, diretora à época; II – Manter em R\$ 243.959,89 (duzentos e quarenta e três mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos), o valor glosado sob a responsabilidade do Sr. RAIMUNDO NONATO AYRES SOARES, C.P.F. nº. 042.473.372-20, diretor à época. Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

RESOLUÇÃO Nº 17.901

Processo nº. 2009/51033-0

Assunto: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: RESOLVEM, os Conselheiros do Tribunal de Contas do

Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 74 e 75, § 5º, e 233, VI, § 1º, do Ato 24, de 08 de março de 1994, converter em diligência o julgamento do processo que trata da aposentadoria de CLEMENTINO NETO RODRIGUES, recomendando ao IGEPREV que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à correção do ato de acordo com a manifestação do Departamento de Controle Externo, sob pena de multa diária de R\$ 10,00 (dez reais) ao Sr. Walter Silveira Franco, Presidente, CPF nº. 935.469.718-68, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada nos termos do art. 71, § 3º, da Constituição Estadual Federal.

RESOLUÇÃO Nº. 17.902

Processo nº. 2008/52213-0

Assunto: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: RESOLVEM, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 74 e 75, § 5º, e 233, VI, § 1º, do Ato nº. 24/1994, converter em diligência o julgamento do processo que trata da Pensão Civil em favor de dependentes do ex-segurado JOÃO DA MATA PACHECO, recomendando ao IGEPREV que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à correção do ato de acordo com a manifestação do Departamento de Controle Externo, sob pena de multa diária de R\$ 20,00 (vinte reais) ao Sr. Walter Silveira Franco, Presidente, CPF nº. 935.469.718-68, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado. Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada nos termos do art 71, § 3º, da Constituição Estadual Federal.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 168301

Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 022/2010/TJPA – Pregão Eletrônico nº. 019/2010-TJPA//O ESTADO DO PARÁ, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado, celebra Ata de Registro de Preços nº. 022/2010/TJE/PA/Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de bens pertencentes ao TJPA//Empresa: SOARES & OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA - EPP, CNPJ nº 07.286.294/0001-09, com sede no Conjunto Jardim Paloma, Alameda Girassol, QD – B, nº 02, Icuí Guajará, Ananindeua/PA, Cep: 67.125-340, Fone: (91) 3287-5890, e-mail: solmudancas@yahoo.com.br. Data da assinatura: 18/10/2010/Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho, Secretário de Administração do TJPA, (a presente Ata encontra-se disponível no site www.tjpa.jus.br)

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 060/ TJPA/2010

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 168422

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO **Pregão Eletrônico nº 060/TJPA/2010.**

OBJETO: Aquisição de 01 veículo automotivo, tipo sedan, 04 (quatro portas), zero quilômetro, de **marca General Motors, modelo Astra**, zero quilômetro, dotado de todos os equipamentos exigidos pelo Código Nacional de Trânsito, com garantia e assistência técnica do fabricante. **SESSÃO PÚBLICA:** 03/11/2010 às 10h00min, horário de Brasília, em www.comprasnet.gov.br e www.tjpa.jus.br. Editais disponíveis em: www.comprasnet.gov.br e www.tjpa.jus.br. Informações: fone 3205-3206 fax 3205-3287 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br. Belém, 18/10/2010. Pregoeiro do TJPA.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

PAUTA DE JULGAMENTO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 168511

O Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica aos interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na sessão a ser realizada no **dia 26 de outubro de 2010**, às 9 horas, em sua sede, os seguintes processos:

01) Processos nºs 280022006-00 - 200612635-00